APONTAMENTOS SOBRE INFÂNCIA(S) E ACESSO À EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE

Fernanda Soares de Melo[1]; Gerbet Dantas dos Santos[2]

[1]Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), fernanda.soares@aluno.uece.br

[2]Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professor efetivo na Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE), gerbetdantas@gmail.com

Introdução

Refletir sobre o acesso à educação em contextos de vulnerabilidade social exige compreender que esse direito não depende apenas da existência da escola, mas também das condições sociais e territoriais em que os estudantes vivem. Em muitos espaços periféricos, desigualdades sociais e limitações ao acesso a serviços públicos interferem diretamente nas trajetórias escolares de crianças e jovens.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Brasil tem apresentado níveis historicamente elevados de desigualdade social, o que nos cabe analisar, a partir de uma perspectiva crítica, que é uma realidade comensurada e que atravessa a vida dos indivíduos em dimensões variadas, entre elas, a educação. Pensar essa realidade também implica considerar como a própria infância é atravessada por essa desigualdade.

Diante desse contexto, o presente trabalho objetiva refletir a influência dos contextos de vulnerabilidade social e territorial no que tange o acesso e a permanência de crianças na escola. Para tanto, delineamos o percurso metodológico apresentado na seção seguinte.

Metodologia

Este trabalho foi pensado dentro de uma abordagem qualitativa de estudo, aproximando quem pesquisa aos fenômenos do que é pesquisado, adotando uma tipologia bibliográfica. A busca pelas reflexões aqui trazidas se ancora em um processo dividido entre as construções de diálogos na formação acadêmica do curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará (UECE), bem como no seio das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e entre as experiências vivenciadas em contextos educacionais marcados pela vulnerabilidade social.

A análise interpretativa, sobretudo de produções acadêmicas que discutem desigualdade social, território e infância, para pensar no acesso à educação que se compromete devido à vulnerabilidade, destacamos o compromisso científico de romper com "um paradigma de inspiração positivista, baseado na objetividade e neutralidade do investigador" (Estrela, 2015, p. 399), porque acreditamos que os nossos espaços de construção de diálogo são intimamente políticos e demarcatórios.

Resultados e discussão

Para início de conversa, precisamos pensar: muda alguma coisa morar em um lugar de desprezo onde a marca principal é a pobreza? Não poderíamos apenas colocar na conta do mérito e garantir as arenas? O que é ser/estar vulnerável e como isso incide no acesso à educação?

Muitas perguntas traduzem as nossas inquietações. Ou, pelo menos, nos ajudam a elucidá-las. Partimos da premissa de que morar em contextos de vulnerabilidade social impacta o acesso à educação de diversas maneiras. As condições materiais de vida, como precariedade da moradia, insegurança alimentar e necessidade de assumir responsabilidades precoces, atravessam o cotidiano de muitos estudantes e interferem diretamente na permanência escolar.

Essas dificuldades não podem ser compreendidas apenas como desinteresse ou falta de esforço individual. Sarmento (2020) aponta que, partindo de uma provocação expressa pelo título "A infância é um direito?", existem condições sociais profundamente marcadas por desigualdades estruturais, e a infância é um retrato disso. Compreendemos, portanto, que nem todas as crianças vivenciam suas infâncias sob as mesmas condições de existência; infâncias que "são construídas mais diversamente e localmente mediante a interação contínua entre atores humanos" (Prout, 2010, p. 735).

Fatores como classe social, território e condições econômicas influenciam diretamente as oportunidades de desenvolvimento e acesso a direitos fundamentais. Nesse sentido, compreender as dificuldades educacionais enfrentadas por crianças que vivem em contextos de vulnerabilidade exige considerar os processos sociais mais amplos que produzem tais desigualdade.

Torna-se evidente, contudo, que as desigualdades educacionais não podem ser compreendidas sem considerar as condições sociais e territoriais que estruturam as vidas em suas comunidades. Os dados e autores em estudo evidenciam que a garantia do direito à infância e à educação depende de transformações estruturais.

Sarmento (2020) discute que a infância deve ser compreendida como uma categoria social geracional, universal e permanente, mas profundamente marcada por desigualdades sociais e pela diversidade das condições de vida das crianças. A partir de uma perspectiva sociológica crítica. Seus escritos apontam que fatores sociais, econômicos e culturais influenciam diretamente a forma como os direitos das crianças são vivenciados e garantidos na prática.

A evocação de uma leitura pela estrutura que perpassa os direitos e constroem realidades distintas dentro de um mesmo espaço é essencial para dizermos que territórios periféricos e favelas não podem ser compreendidos apenas como espaços de ausência ou carência, mas como parte de um modelo de desenvolvimento urbano desigual que historicamente produz exclusão social e limita o acesso a direitos fundamentais, entre eles a educação (Martins, 2025).

Em seu estudo intitulado "Emergência de uma Sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar", a autora Régine Sirota (2001) analisa, desde os anos 90, como a leitura sobre infâncias e territórios caracterizavam e eram caracterizadas pela condições de existência, abrindo a discussão para pensar o campo de estudo dessas categorias e, no âmbito da escola, inclusive, nos acentua a tarefa de pensarmos sob quais desenhos costumamos compreender a sociedade.

O direito à educação não pode, em uma sociedade sumariamente capitalista, tomar o peso de letras mortas sobre a vida das pessoas. Pensar sobre isso é se fazer atento, sobretudo, aos modelos civilizatórios que são construídos.

A seguir, apresentamos as nossas conclusões.

Conclusões

As reflexões até aqui nos levam a refletir sobre a forma como espaços periféricos são frequentemente interpretados na sociedade. Frequentemente esses espaços são vistos apenas como problemas a serem resolvidos, ignorando as formas de organização social e as dinâmicas já existentes e, as concepções de infância e acesso à educação acabam em uma miscelânea de conflitos estruturados pelos projetos de civilização.

Urge, portanto, a necessidade de pensar para além de apenas integrar esses espaços aos centros das cidades ou de entendê-los a partir de uma perspectiva de falta ou ausência, é necessário garantir condições para que essas comunidades tenham acesso a direitos, infraestrutura e oportunidades sem que precisem abandonar suas próprias formas de viver.

Dessa forma, pensar o direito à educação em contextos de vulnerabilidade implica reconhecer a importância de políticas sociais mais amplas, comprometidos em romper com estruturas de desigualdades históricas e ampliar as possibilidades de vida das crianças que crescem nesses territórios.

Palavras-chave: Infância; Território; Exclusão social.

Referências

ESTRELA, Maria Teresa. Um olhar sobre a investigação educacional a partir dos anos 60. *In*: CAETANO, Ana Paula; RODRIGUES, Ângela; ESTEVES, Manuela. (orgs.). As **Ciências da Educação na Obra de Maria Teresa Estrela**. Lisboa: Educa, 2015, p.395-413.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 mar. 2026.

MARTINS, Marley Rodrigo Olaydes; CRUZ, Uilmer Rodrigues Xavier da. **Desenvolvimento local e a geografia da exclusão: favela como subjetivo econômico**. Belo Horizonte, 2025.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 729–750, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/86463c9grYmgkkL6NNV4wxD/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2026.

SARMENTO, Manuel Jacinto; TOMÁS, Catarina. **A infância é um direito?** Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2020.

SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 112, março/2001. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15742001000100001&script=sci_abstract. Acesso em: 19 mar. 2026.